



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

## **DIREITO À TERRA E À MORADIA DIGNA: UMA LUTA PELA EFETIVIDADE DA JUSTIÇA**

Viviane Priscila Nascimento Fernandes<sup>1</sup> - Unifesspa  
Aimê Cristina Alves Nunes<sup>2</sup> - Unifesspa  
Solange do Vale Ricarte da Silva<sup>3</sup> - Unifesspa

Agência Financiadora: PROEX

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Direitos Humanos e Justiça

### **1. INTRODUÇÃO**

No decorrer da história até os dias atuais, verifica-se que a desigualdade na distribuição de terras na Amazônia e a utilização de trabalho escravo nos grandes latifúndios é um traço marcante desta região. Somam-se a isto, o fato de as regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará serem alvos de vários projetos de “desenvolvimento econômicos” as áreas minerárias e agropecuária. Vinculados à promessa de progresso, esses projetos atraíram para a região muitas pessoas de várias regiões do país, principalmente dos estados do Nordeste, que almejavam ter uma vida digna. Por conta desse intenso fluxo migratório vem ocorrendo um inchaço populacional que provoca diversos conflitos por moradia e acesso a terra, visto que os municípios dessa região não têm infraestrutura capaz de oferecer o mínimo existencial para este fluxo migratório caótico, acarretando assim a marginalização e a criminalização dos movimentos sociais de luta pela moradia e pela terra.

Neste contexto, os movimentos sociais de luta pelo acesso à terra e à moradia são considerados uma alternativa para a efetivação dos direitos humanos minimamente necessários para a dignidade da pessoa humana e o gozo dos demais direitos sociais, buscando acesso a tais direitos mediante a ocupação de espaços urbanos e latifúndios que não cumprem a função social da propriedade, inclusive pela ocorrência da prática de trabalho escravo - no caso dos latifúndios -, bem como de propriedades obtidas mediante documentos de idoneidade duvidosa.

Assim sendo, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará não se exime da sua obrigação de promover uma transformação social por meio daquilo que se aprende e produz na academia, como um retorno à sociedade em que está inserida. É neste sentido que o Centro de Assessoria Jurídica Popular, como programa de extensão da Faculdade de Direito em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, vem realizando um trabalho de disseminação dos conhecimentos jurídicos numa perspectiva dos Direitos Humanos, principalmente do direito de acesso à terra e à moradia digna, promovendo a emancipação e o empoderamento das comunidades atendidas pelo programa, a saber dez ocupações urbanas de Marabá e os acampamentos Helenira Resende e Dalcídio Jurandir, sensibilizando-os sobre os aspectos que fazem com que a terra cumpra a sua função social dentro da sociedade, nos diversos meios sociais, na tentativa de desconstruir a concepção arraigada no seio da sociedade brasileira, de que aqueles que lutam pela terra e por moradia digna são pessoas que agem contra a lei e devem ser punidas, por entender que “Ao contrário de cometer ato ilícito, aquele que ocupa uma terra que não está cumprindo sua função social, para fazê-la cumprir, age de acordo com a lei e o interesse social, merece prêmio, não sanção” (MARÉS, 2003, p.134).

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Bacharelado em Direito (FADIR/IEDS/Unifesspa). Bolsista do Programa de Extensão Centro de Assessoria Jurídica popular. E-mail: viviane@unifesspa.edu.br.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação (FACEEL/IGE/Unifesspa). Bolsista do Programa de Extensão Centro de Assessoria Jurídica Popular. E-mail: aime.cristina94@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Direito e em Licenciatura Plena em Letras - Língua Portuguesa, ambas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Coordenadora do Programa de Extensão do Centro de Assessoria Jurídica Popular da Unifesspa. E-mail: solangevale@unifesspa.edu.br.



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

Ademais, busca demonstrar quais as instituições sociais podem ampará-los na luta contra a situação de injustiça que vivenciam e como provocar a atuação dos órgãos competentes para garantir, efetivamente, a observância da legislação.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

O Programa de Extensão do Centro de Assessoria Jurídica Popular, aprovado pelo edital PIBEX/2015 (p.14), parte da abordagem de que:

A Assessoria Jurídica surge como uma atividade jurídica preocupada com a superação do modelo assistencialista de atendimento ao público. Isto porque a Assessoria Jurídica Popular pauta o seu trabalho na Educação Popular norteada pela concepção freiriana que alia ação pedagógica com prática social libertadora, ou seja, a proposta pedagógica consiste na prática da participação conscientizadora e da pedagogia da autonomia, tendo como referencial os ensinamentos de Paulo Freire para construção de uma atividade de assessoramento jurídico, mas, principalmente, para a fomentação de emancipação política, social e humana.

Seguindo essa linha de raciocínio o CEAJUP desenvolveu várias ações, a saber: cursos de capacitação que envolve toda a equipe integrante do programa e a comunidade envolvida, além dos demais alunos interessados; oficinas e cursos nas áreas atendidas pelo Programa; assistência jurídica a mulheres do campo e da cidade que foram vítimas de violência doméstica contra a mulher; cursos de formação sobre o trabalho escravo; visitas periódicas aos assentamentos atendidos; e um seminário; além de promover debates com sindicatos e ONGs que tenham afinidade com a questão do direito à terra e à moradia, sempre com o objetivo de ampliar as discussões e conscientizar o maior número de pessoas possível de que a luta pelos direitos humanos não deve ser uma luta isolada e sim uma luta coletiva, entendendo que, como afirma Freire (1974, p.12), “Se a tomada de consciência abre caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais da situação de opressão”.

Para apoiar o trabalho da equipe envolvida neste programa, foram confeccionadas cartilhas, panfletos e demais materiais informativos para auxiliar nas ações desenvolvidas que dizem respeito ao direito ao acesso à terra e sua função social, bem como à moradia digna.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os acampamentos acolhidos pelo projeto retratam, exatamente, o conflito existente entre a classe dos trabalhadores rurais e os grandes latifundiários da região. Infelizmente, verifica-se que, nessa tensão de forças, os trabalhadores rurais, na maioria das vezes, têm seus direitos sociais ceifados em detrimento da garantia absoluta do direito de propriedade dos grandes latifundiários. Com o fito de influir positivamente nesta conjuntura o CEAJUP realizou conjuntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) algumas formações nesses acampamentos, proporcionando a pulverização de conhecimentos jurídicos sobre Direitos Humanos e função social da propriedade, a fim de empoderar a comunidade local para resistir as constantes violações desses direitos, informando-os também sobre o andamento dos processos judiciais que os afetam e também sobre o processo administrativo em andamento no INCRA.

No acampamento Helenira Resende houve a apresentação da Cartilha de Direitos, seguida de um curso sobre o trabalho escravo. Esta atividade visou empoderar os acampados, através de uma capacitação interativa, na qual aos cursistas foram disposto o conceito do que seria o trabalho escravo a fim de que estes identificassem se reconheciam a presença de tais características nas relações de trabalho que presenciaram nas propriedades próximas ao acampamento. Além disso, no acampamento Dalcídio Jurandir, a equipe do CEAJUP vislumbrou a realidade vivida nesse acampamento, assim como verificou as principais dificuldades nele enfrentadas, para que o CEAJUP possa acionar quem deve saná-las.



**Unifesspa - 21 a 25 de Setembro de 2015**

I Seminário de Projetos Integrados  
I Jornada de Extensão  
I Seminário de Iniciação Científica  
I Encontro de Pós-Graduação

No que se refere às ocupações urbanas foram realizados cursos e oficinas de formação de liderança e de formação dos moradores interessados nos cursos do CEAJUP. Além destes foram realizados também os seguintes cursos:

- Curso de capacitação da equipe: Introdução à Assessoria Jurídica Popular
- Oficina de capacitação da equipe: Questão agrária na Região
- Oficina de capacitação da equipe: O Campo e o Trabalho Escravo
- Curso: Violência Doméstica Contra a mulher no campo e na cidade: como enfrentar
- Curso: Função Social da Propriedade
- Curso: Criminalização dos Movimentos Sociais
- Curso: Direito à Moradia

Por fim, o CEAJUP realizou o Seminário Impactos da Mineração no Sudeste do Pará, evento que convidou e propiciou um ambiente rico à comunidade acadêmica e à sociedade marabaense para a discussão dos impactos da exploração minerária em relação aos povos indígenas, trabalhadores, assentados e sobre as cidades na região Sul e Sudeste do Pará. Dentro desta atividade, foram confeccionados e publicados panfletos, cartazes e demais materiais informativos que auxiliaram na divulgação do referido evento.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O CEAJUP vem cumprindo aquilo que se propôs a realizar ao promover o empoderamento das populações vulneráveis, em particular, os trabalhadores rurais e os moradores das ocupações urbanas abrangidos nesse programa, pois tem gerado um retorno positivo, uma vez que, cresce a cada dia a demanda de pessoas envolvidas nesse programa, além de já ter se tornado referência para aqueles que lutam contra as injustiças sociais e junto aos grupos vulneráveis que atende, principalmente, por sua forma de atuação, visto que busca o protagonismo desses grupos, realizando ações que levam à superação da exclusão por meio da elevação da consciência a partir da problematização da existência de violações de direitos fundamentais e buscando a transformação da realidade por meio do empoderamento e emancipação dos sujeitos envolvidos a partir da construção do conhecimento.

#### **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. **Educação com Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

SILVA, Solange V. R. **Programa de Extensão Centro de Assessoria Jurídica Popular – PIBEX 2014/2015**. Marabá: Unifesspa, 2014.